

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A PROVA DAS PROVAS

Nas condições de severa clandestinidade em que é forçado a actuar o Partido Comunista Português, os militantes são chamados a dar numerosas provas de firmeza, dedicação e capacidade. Mas, na vida de um militante, que luta nas fileiras de um partido clandestino como o nosso, pode dizer-se que a prova das provas é a passagem pela po-

licia.

A prisão, quando tem lugar, é um momento capital na vida do militante. Nela, se decide muitas vezes se aquele que é preso é ou não um comunista. Nela se mostra se, sim ou não, estando à mercê dum inimigo sem piedade, o militante tem força moral e dedicação bastante para defender o seu Partido.

A necessidade da preparação dos militantes

Para passar com honra essa prova, são fundamentais a firmeza de convicções e a coragem. A preparação dos militantes é entretanto também um importante factor, que a ofensiva da repressão desencadeada no ano corrente trouxe novamente ao primeiro plano.

É uma realidade que, nos últimos anos, não foram convenientemente divulgadas as experiências do Partido nesta matéria e que se impõe vencer esta carência.

Para vencerem a resistência dos comunistas que são presos e os levarem a trair o Par-

tido, o governo fascista e a PIDE utilizaram sempre, como métodos fundamentais, a tortura física, a tortura moral e tentativas de corrupção e de suborno. Os métodos actualmente utilizados não apresentam pois grande novidade. Caracterizam-se porém pelo refinamento, assente na longa experiência dos torturadores da PIDE.

Os membros do Partido necessitam de conhecer o que os espera no caso de serem presos, para que o efeito da surpresa não enfraqueça a sua capacidade de resistência.

Torturas físicas

Pode afirmar-se que, de uma forma ou de outra, praticamente nenhum comunista preso escapa à tortura.

Os espancamentos demorados e repetidos, com o uso de matracas e chicotes, e acompanhados em alguns casos por queimaduras e choques eléctricos, são utilizados correntemente pela PIDE.

A «tortura do sono» é porém actualmente a tortura mais utilizada, estando a ser levada pela PIDE ao extremo da resistência física e psíquica dos presos, ou seja, até «à beira da morte».

Encarando a prisão, os comunistas têm de preparar-se para suportar corajosamente as

torturas, e saber previamente que a «tortura do sono» significa alucinações visuais e auditivas, estados depressivos e grande sofrimento físico. Dado o grau a que estão a ser conduzidas as torturas, deve mesmo afirmar-se que os membros do Partido, admitindo a eventualidade de serem presos, têm de preparar-se para a ideia de morrer dignamente, se os torturadores levarem a tortura a tal extremo.

A passagem pela polícia é uma dura prova de coragem e de dedicação. Confiante em si e no seu Partido, todo o comunista está em condições de poder prestá-la com honra.



Torturas morais e tentativas de corrupção

A par das torturas físicas, a PIDE-DGS utiliza largamente contra os presos a tortura moral. Ameaça pessoas da família, exerce represálias, faz montagens sonoras com gritos aflitivos que parecem provir de familiares dos presos que estariam sendo sujeitos à tortura, ameaça violar filhas e companheiras, prepara outras encenações para intimidar e desmoralizar os presos.

A estas torturas morais junta sistematicamente as mais infames calúnias contra o Partido e os seus dirigentes, procurando abalar os presos a confiança na justeza da sua causa e no seu Partido.

As tentativas directas de corrupção e subor-

no são também constantes, oferecendo a PIDE a libertação, a emigração e recursos materiais a troco da traição ou, em casos mais raros, do compromisso da renúncia à actividade política e aos ideais, o que, nas condições concretas, mesmo se não for acompanhado de denúncias, constitui uma traição política.

Não tendo a violência das torturas físicas, estes métodos da PIDE para tentar abalar, vencer, destruir o comunista que tem em frente e levá-lo à traição, não são para subestimar.

Estes métodos exigem firme combate e a preparação dos membros do Partido para os defrontar, pois a polícia os utiliza com persistência e perfídia.

Exemplos de heroísmo

Na actual vaga repressiva, uma vez mais se confirmou a experiência do Partido Comunista Português ao longo de quase meio século de actividade clandestina. Ou seja: que, quando os comunistas confiam verdadeiramente no seu Partido e em si próprios, não há torturas, nem físicas, nem morais, capazes de os vergar e de os fazer dizer aquilo que não querem dizer.

O camarada António Gervásio, operário agrícola, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, preso em 31 de Julho de 1971 foi submetido à tortura do sono durante 17 dias e noites seguidos. Nada declarou à polícia e nada assinou.

Trata-se de um militante com muitos anos de actividade, com larga experiência, que já estivera preso e se comportara, como agora, heroicamente. Um tal comportamento está porém ao alcance daqueles que são presos pela primeira vez, mesmo que muito jovens e com pouca experiência.

A questão não é da idade nem da resistência física, mas fundamentalmente da força moral. José Pedro Soares, jovem operário no Par-

que de Alverca, preso em 29 de Junho, foi submetido a duas séries de tortura do sono, respectivamente, 14 e 19 dias e noites seguidos, e barbaramente espancado. Comportou-se valentemente. Diogo Velez, empregado, preso em 23 de Junho, passara já longos anos nas prisões fascistas. Mário de Carvalho, licenciado em direito, preso na mesma vaga repressiva, ainda não passara essa experiência. Ambos foram submetidos à tortura. Ambos triunfaram dessa prova.

Estes e outros magníficos exemplos de coragem e heroísmo devem ser citados, divulgados, tornados conhecidos em todo o Partido, a fim de educarem os comunistas, reforçarem a sua confiança na própria força moral, contribuir para prepará-los para uma eventual prisão.

É também necessário tornar conhecidos no Partido os casos de traição, cobardia e capitulação ante o inimigo, pois encerram lições e experiências de grande importância para a defesa do Partido e a sua política de quadros.

Uma tradição que continua

A valentia, coerência e dedicação demonstradas por muitos e muitos comunistas, quando presos, constituem uma preciosa contribuição para os êxitos e o prestígio do Partido. Muitos comunistas morreram nas mãos da PIDE, sem que a sua boca se abrisse. A grande maioria dos dirigentes do Partido estiveram presos e suportaram estóicamente cruéis tor-

turas. Centenas de membros do Partido hoje em actividade passaram também com honra esse difícil momento da sua vida de militantes.

Prestar dignamente, de cabeça erguida, a prova das provas é uma das tradições revolucionárias do Partido Comunista Português. Os exemplos mais recentes confirmam que essa tradição continua.



PERGUNTAS e RESPOSTAS

P. Sou simpatizante do Partido. Uma das razões por que eu e outros simpatizantes que conheço hesitamos em filiar-nos no Partido é porque temos a ideia de que, sendo membros do Partido, este pode em qualquer altura exigir que passemos à clandestinidade e a uma vida de revolucionários profissionais, para o que não nos sentimos preparados. A nossa ideia é exacta?

R. Não é exacta. A disposição a passar à clandestinidade nunca foi nem é condição para ser membro do Partido.

Ser militante do PCP, já é por si uma prova de coragem e dedicação. Pertencer a uma organização do PCP, conduzir nas condições do fascismo uma actividade revolucionária regular, que, a ser descoberta, significa inevitavelmente a prisão e muito provavelmente torturas, sérios problemas familiares e pessoais, longos anos de prisão, representa por si a prova de uma elevada consciência política.

É certo que, nas condições do fascismo, qualquer militante está sujeito a vir a ser localizado. Por vezes, tem disso conhecimento a tempo de tomar medidas de defesa e fica perante a alternativa: ou «deixar-se prender», ou «saltar para não ser preso», ou seja passar sem perda de tempo a uma situação de clandestinidade (o que não significa necessariamente passar a ser um revolucionário profissional). O partido trabalha para limitar o mais possível os golpes da repressão, mas cada militante tem de estar preparado para esta eventualidade.

O Partido não exige a nenhum dos seus membros que passe a ser um revolucionário profissional, um funcionário do Partido. Para isso são necessárias condições que não se verificam em todos os militantes. Há militantes que, fazendo uma vida legal, cum-

prem magnificamente as suas tarefas revolucionárias e que, entretanto, não se adaptariam com sucesso à vida clandestina. Erros de apreciação a este respeito têm conduzido a numerosos fracassos.

O PCP trabalha evidentemente para elevar a consciência revolucionária dos seus membros, para reforçar a sua dedicação, para desenvolver neles a vontade cada vez maior de servir o Partido e a causa dos trabalhadores nas mais difíceis condições.

Trabalha para que aumente o número de homens e mulheres dispostos a entregar inteiramente as suas vidas à causa do comunismo, a defrontarem os maiores perigos, a aceitarem as duras e complexas condições da vida clandestina. Trabalha para alargar o número de funcionários do Partido em correspondência com as tarefas que se colocam e para criar, reservas que ocupem os postos de combate dos que vão sendo atingidos pela repressão.

Trata-se de um trabalho de educação política e revolucionária. O Partido não força nenhum dos seus membros à vida clandestina.

No recrutamento para funcionários do Partido intervêm pois dois elementos: a opinião dos organismos competentes de que o militante tem condições para ser funcionário do Partido e a vontade do militante em passar a sê-lo. Os funcionários do Partido são seleccionados nesta base de voluntariado.

P. Segundo várias apreciações feitas à política económica do governo de Marcelo Caetano, uma das modificações em relação à política salazarista consistiria no facto de Salazar estar voltado para o mercado interno e M. Caetano procurar o desenvolvimento industrial voltado para o mercado externo. São justas estas apreciações?

R. Essas apreciações não são correctas. O desenvolvimento económico voltado para o comércio externo era já a política do governo de Salazar que seguia as indicações dos grupos monopolistas.

No VI Congresso do PCP, realizado em 1965, essa questão foi amplamente debatida. O relatório político do CC salientava que, tropeçando o desenvolvimento industrial com a estreiteza do mercado interno, «a solução verdadeiramente nacional» seria o alargamento do mercado interno, a elevação do poder de compra da população, o aumento dos salários, o refreio da política de ruína das classes médias (Relatório Político p. 23).

O governo de Salazar, servindo os monopólios, seguia a orientação inversa. O «Plano Intercalar» afirmava: «Em face do escasso consumo interno» existe «a permanente necessidade de a indústria se voltar para a exportação» (vol. I, p. 283).

O VI Congresso do PCP mostrou os perigos e consequências de uma tal política: dependência da vida económica nacional em relação a factores internacionais, manutenção de salários de fome, estagnação e mesmo eventual restrição de consumos internos, aceleração e concentração de capitais, acentuação do domínio imperialista (Ibid. p. 24).

O desenvolvimento económico, designadamente o industrial, voltado para o mercado externo não é pois nem política nova do governo de M. Caetano, nem ideia nova desse imaginário capital «progressista» que se teria revelado a partir de 1968.

Nos anos de 1944/65, por exemplo, o desenvolvimento voltado para o comércio externo, assente na exportação, tornara-se como que uma panaceia apregoada nos mais variados sectores monopolistas e reflectida nas opiniões e decisões governamentais.

A Associação Industrial Portuguesa ia ao ponto de afirmar que «o desenvolvimento das exportações é a chave do novo progresso económico generalizado» («J. Comércio», 27-10-64). O presidente da A.I.P., C. Garcia Alves, no J. Colóquio da Exportação, afirmava que «não é possível manter a atitude simples de projectar e produzir para o mercado local» (sic.) e que «o esforço de exportar tornou-se, sobretudo, condição de sobrevivência económica» («J. Comércio» 9-3-65).

Nos curtumes, diminuiu a produção, mas aumentava a exportação (Relatório da Associação Industrial Portuguesa. «J. Comércio» 26-9-64). No calçado, constatando-se o «consumo extremamente baixo em Portugal», não se falava no alargamento do mercado interno, mas no «alargamento para além-fronteiras do mercado nacional (?) de calçado» («J. Comércio», 19-1-65). Esta orientação era natural-

mente estimulada pelo imperialismo estrangeiro. A Dunbar Boot de New York, por exemplo, manifestava o propósito de investir na indústria de calçado em Portugal 1 milhão de dólares, exigindo o fornecimento de 1.500 sapatos de criança por dia («Século» 31-3-64).

Em numerosos outros ramos industriais, consideravam-se os baixos consumos nacionais como factor irremovível, considerava-se o mercado interno como insusceptível de alargamento. A A.I.P. dizia, em relação à indústria vidreira, que «o nosso mercado é de dimensões muito pequenas» («J. Comércio» 11-11-64); dizia em relação à indústria do linho, que «o poder de compra aumenta muito lentamente» («J. Comércio» 13-10-64); lamentava, em relação às bolachas e biscoitos, «o baixo poder de compra no mercado interno» («J. Comércio» 1-2-65); e a conclusão era sempre a mesma: O desenvolvimento industrial deveria estar voltado para os mercados internacionais e para isso se devia trabalhar.

Na indústria de malhas, gabava-se na Assembleia Nacional o «fortalecimento das correntes de exportação» (Amaral Neto, «O Século» 11-12-64).

Na nova refinaria do Porto, anunciava-se que iriam produzir oleos-base para fabrico de lubrificantes para os quais se pretende «a colocação no mercado internacional» («O Século» 21-11-64).

Na indústria de transformação de madeiras justificavam-se, as vantagens dos investimentos, sublinhava-se a sua importância pelo «papel na exportação portuguesa» («J. Comércio» 6-2-65) e considerava-se como «problema fundamental» «uma política de incentivo à exportação» (Corporação da Indústria, «J. Comércio» de 10-6-65).

Na indústria da seda procurava-se também a solução para «expansão das vendas» no mercado externo.

Nas indústrias metalomecânicas, dizia-se que «evidentemente» se tem que saber produzir para os mercados «do Espaço português», mas que a tarefa maior é «contribuir para um aumento substancial da exportação» («Inquérito de conjuntura» da Corporação da indústria, «J. Comércio» 5-10-64).

A indústria de telecomunicações voltava-se também fundamentalmente para as exportações, exigindo a criação de organizações comerciais adequadas, apoios oficiais e incentivos económicos na política fiscal, novas modalidades de seguro e de crédito, facilidades alfandegárias, etc. (Prof. Carvalho Fernandes «J. Comércio» 13-1-65).

Quando os monopólios portugueses associados aos estrangeiros instalaram fábricas que exportavam toda a sua produção, tal como a fábrica de tecidos de Juta da CUF associados

a Ludlow Corporation norte-americana, gabava-se o feito como uma vitória da economia nacional.

Quando indústrias recém-instaladas, como fios têxteis, pasta para papel e papel, louça e vidro, pneus etc. viviam na base das exportações gabava-se «a aceitação em mercados externos» («Relat. da Execução do II Plano de Fomento», p. 191).

Algumas vozes raras se elevavam contra tal orientação. Assim, Araújo Correia, no parecer sobre as contas públicas de 1963, advertia que «não é possível alargar a exportação em termos sensíveis sem mercado interno e adequado».

Mas tal como hoje o governo de Marcelo Caetano, o governo de Salazar existia para serviço dos monopólios.

A orientação e as decisões do governo de Salazar correspondiam aos interesses e exigências dos grupos monopolistas.

O desenvolvimento económico assente nas exportações era já então a linha dos monopólios e do seu governo.

Vê-se assim não terem qualquer base as afirmações segundo as quais se trataria de uma «viragem» na política económica nacional, aprovada pelo capital «empreendedor» e «progressista» e pelo seu governo formado em 1968, com M. Caetano como presidente.

Com M. Caetano, como com Salazar, são os monopólios que comandam a política nacional. Neste aspecto da política económica, como em muitos outros, não há renovação, mas continuidade.

P. O PCP é pró ou contra a normalização das relações com o PC da China? Não seria de seguir os exemplos de alguns partidos comunistas que declaram estar trabalhando para estabelecer relações normais com o PC da China?

R. O PCP é pela normalização das relações com o PC da China, o que significa o regresso do PC da China ao movimento comunista internacional de que deliberadamente se afastou.

São os dirigentes chineses que impedem essa normalização.

Primeiro, porque prosseguem uma política contrária à do movimento comunista internacional, uma política que rompeu com o marxismo-leninismo, com o internacionalismo proletário.

Depois, porque tomam como alvo principal da sua acção política, ideológica e diplomática a luta contra a URSS e o movimento comunista internacional.

Finalmente, porque com tal orientação, prosseguem as suas actividades tendo como objectivos cindirem o campo socialista e o movimento comunista, agravarem dissensões entre países socialistas, afastarem dos países socialistas e dos partidos irmãos o movimento de libertação nacional, criarem, ajudarem e incitarem em numerosos países grupos cisionistas, cuja missão é a luta contra os partidos comunistas respectivos.

É evidente que a normalização referida implica a rectificação de uma tal política.

Quanto aos exemplos a que a pergunta alude, a posição do PCP é absolutamente clara: não pode haver pior plataforma para uma aproximação e normalização das relações de tal ou tal partido com o PC da China do que o anti-sovietismo, «Aproximações» e «normalizações» estabelecidas nessa base não constituiriam um elemento para o fortalecimento da unidade do movimento comunista e das forças revolucionárias, mas novos factores de divisão e de enfraquecimento das forças do comunismo e, duma maneira geral, das forças anti-imperialistas. Objectivamente, seriam favoráveis ao imperialismo.

Um ideólogo da burguesia SOBRE O LIVRO

(«MAIO E A CRISE DA CIVILIZAÇÃO BURGUESA»)

Neste artigo limitamo-nos a comentar a introdução ao livro «Maio e a crise da civilização burguesa», embora houvesse muitos outros aspectos desta «obra» que valeria a pena analisar. Mas como nessa introdução estão condensadas as «ideias» fundamentais do autor pensamos que ela é suficientemente ilu-

cidativa para avaliar onde podem levar os compromissos com a ideologia burguesa reaccionária e a análise dos problemas sociais fora dum ponto de vista científico marxista-leninista.

No mundo actual a propaganda burguesa refina os seus métodos de diversão ideológica.

e procura lançar a confusão nas fileiras do proletariado e dos seus aliados recorrendo a especulações em volta das dificuldades temporárias e derrotas parciais das forças do progresso, empregando malabarismos ideológicos para tentar confundir conceitos e «desinterpretar» fenómenos novos da sociedade contemporânea, como por exemplo os que decorrem da revolução científico-técnica. Neste aspecto prestam-lhe uma grande ajuda certos intelectuais que em tempos se afirmaram marxistas, que, utilizando-se do prestígio adquirido entre os meios progressistas, tentam lançar a confusão entre certas camadas da intelectualidade e dos estudantes e, duma maneira geral, entre as forças democráticas e de esquerda. Neste grupo de intelectuais encontram-se desde «esquerdistas» enraivecidos até revisionistas de direita declarados. Mas o mais característico é as suas ideias representarem uma mistura de teorias burguesas reaccionárias, trotsquistas, anarquistas, socialistas utópicas e, até resquícios do mais deplorável misticismo. Podia-se citar à escala da Europa ocidental, dita democrática, Roger Garaudy, Ernst Fisher, Marcuse e muitos outros.

Também em Portugal, no âmbito da manobra «liberalizante» do governo de M. Caetano, têm hoje larga difusão legal toda a espécie de correntes ideológicas pseudo-marxistas ou de conteúdo aparentemente progressistas, que servem de veículo da propaganda burguesa, que, se fosse feita pelos ideólogos declarados do fascismo, não encontraria aceitação. Estes pseudo-progressistas prestam assim um ótimo serviço ao fascismo, desempenhando o papel de cavalo de Troia ideológico da propaganda burguesa.

Está neste caso o livro de António José Saraiva «Maio e a crise da civilização burguesa», que se poderia talvez chamar mais correctamente «Maio e a crise ideológica do autor».

Independentemente do respeito que a obra passada do autor possa inspirar, independentemente do facto de o autor ter sido no passado vítima da repressão fascista e ter pertencido àqueles intelectuais que não pactuaram com o fascismo, hoje, objectivamente, muitas das suas posições ideológicas poderiam ser subscritas pelo mais vulgar propagandista ao serviço do governo. A única diferença é que se o autor do livro fosse o sr. Dutra Faria, o sr. Amândio César ou o sr. Goulard Nogueira... ninguém o leria.

As concepções do autor de «Maio e a crise da civilização burguesa» representam um amálgama tão grosseiro duma série de teorias burguesas reformistas, anarquistas, revisionistas e idealistas que não valeria sequer a pena falar nelas se não fossem expostas por

uma pessoa que teve influência ideológica entre os meios democráticos portugueses.

Numa longa introdução, o autor começa por expor as suas «descobertas» pseudo-científicas, fruto de meditações sobre o mundo contemporâneo e em particular da experiência que viveu em França em Maio de 1968. E assim chega às «brilhantes» conclusões de que hoje no mundo não existem países socialistas, que até hoje não houve revoluções proletárias na História, que as revoluções socialistas futuras (como as anteriores) são revoluções camponesas e que portanto fazem recuar a sociedade para uma fase de desenvolvimento anterior ao capitalismo, que a colectivização dos meios de produção já existe em vários países capitalistas, não diferindo em nada da que se fez nos países socialistas, que a classe operária dos países capitalistas avançados está «quase» a deixar de existir para se transformar em classe média (ou seja, o operário está a transformar-se em burguês), que o capitalista é cada vez mais um elemento secundário da sociedade burguesa e tende a desaparecer, que a classe operária dos países capitalistas tem mentalidade burguesa, que o marxismo é uma ideologia burguesa e não a ideologia da classe operária, etc., etc., etc..

Destas «descobertas científicas» do dr. António José Saraiva decorrem várias conclusões de que as fundamentais são:

1º — A «semente» capaz de transformar a civilização e a vida é... a subjectividade; ou seja, a transformação do mundo será obra de uma mudança espiritual.

2º — A via para lá chegar é a «contestação», de que todo o livro virá a ser uma tentativa de fundamentação ideológica.

Estas afirmações, pretendendo ser originais, não o são. Elas foram repetidas por mil e uma formas e variantes desde que o marxismo se impôs como teoria revolucionária da classe operária e mais tarde desde que o marxismo-leninismo deixou de ser apenas a teoria social mais avançada para encontrar concretização na prática dos países socialistas.

Onde está o erro da definição de classe de António José Saraiva? Para o nosso trabalho podemos recorrer à obra de Lênine «Uma grande iniciativa», onde dá uma clara definição de classes:

«Denominam-se classes grandes grupos de homens, que se distinguem pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua posição (...) em relação aos meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por consequência, pelo modo de obtenção e pela proporção da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos tais de homens,

dos quais um pode apropriar-se do trabalho do outro em virtude da diferença do seu lugar numa determinada formação da economia social».

Mas a António José Saraiva não interessa saber se aqueles a que chama «classe média», onde inclui assalariados e burgueses, possuem ou não meios de produção, se vivem ou não à custa do trabalho dos outros, se contribuem para criar mais-valia ou se se apropriam dela. Isso são conceitos que não interessam e que estão «ultrapassados» para António José Saraiva.

Para A.J.S. a burguesia não é uma classe, mas... uma mentalidade. E o operário nos países industrialmente adiantados ainda não é burguês, mas é quase porque... a fronteira entre a classe média e a classe operária é cada vez mais incerta.

Basta recordar as estafadas teorias dos ideólogos do «Estado do bem-estar geral», que tentavam embelezar o capitalismo e adormecer a classe operária dos países capitalistas mais desenvolvidos com a ilusão de que as fronteiras entre as classes tinham desaparecido, que os operários melhoravam cada vez mais a sua situação e que podiam até transformar-se em capitalistas comprando acções das empresas (o chamado «capitalismo popular») não devendo fazer greves nem lutar pelas suas reivindicações para não «prejudicarem a sua empresa», etc., para ver que A.J.S. não é muito original.

A.J.S., especulando com certos fenómenos e tendências próprias de certos países capitalistas desenvolvidos e frutos da revolução científico-técnica, tenta reviver as teorias neo-capitalistas que têm sido feitas em pó por sucessivas vagas de lutas reivindicativas e políticas da classe operária dos países capitalistas adiantados (a tal classe que na imaginação de A.J.S. quase que já não existe!).

Da mesma forma que A.J.S. nega praticamente a existência da classe operária, nega também a existência da conquista mais importante dessa mesma classe — o campo socialista. Ele nega a própria existência de países socialistas. A A.J.S. não interessa averiguar se nos países socialistas a forma de propriedade dominante é a propriedade colectiva dos meios de produção; não interessa averiguar que classe está no poder na União Soviética e nos outros países socialistas. Tudo isso são «bagatelas» para definir um sistema social e não interessa a António José Saraiva. Acaso o nosso autor não afirma que a propriedade colectiva dos meios de produção já não provoca qualquer relutância à burguesia, a qual já a leva a cabo através das nacionalizações?

Para A.J.S., nacionalização numa empresa nas condições duma sociedade capitalista, onde a burguesia monopolista está no poder, é a mesma coisa que a propriedade colectiva dos

meios de produção nos países socialistas, onde é a classe operária que se encontra no poder! Segundo o raciocínio de A.J.S., a burguesia monopolista receberia até de braços abertos a colectivização dos meios de produção no seu país em benefício da classe operária e de todos os trabalhadores. Só que a burguesia não hesita em usar toda a força do seu aparelho de Estado para esmagar a luta da classe operária (e de todas as classes revolucionárias) quando ela sente que isso está na iminência de acontecer.

Se não há países socialistas, muito menos há ou houve ou haverá revoluções socialistas ou proletárias, segundo A.J.S.. Mesmo a revolução russa de Outubro de 1917 não foi, para o nosso autor, uma revolução proletária, mas sim uma revolução camponesa porque... a maioria da população da Rússia czarista era camponesa. Por este raciocínio, a Revolução francesa de 1789 não foi uma revolução burguesa porque a maioria da população da França nessa altura não era burguesa...

Toda a gente sabe que a classe operária da Rússia czarista constituía uma minoria em relação ao campesinato. Nisso A.J.S. não «descobre» nada de novo. No que ele pretende ser original é quando insinua que a revolução de 1917 foi uma revolução camponesa. Uma revolução define-se pelos seus objectivos, pela classe que dirige a revolução e que conquista o poder. Os objectivos da revolução de 1917 eram socialistas e ela foi realizada sob a direcção da classe operária em aliança com o campesinato, tendo sido depois instaurada a ditadura do proletariado. Isto toda a gente sabe, menos, segundo parece, o dr. António José Saraiva.

Que a revolução russa de 1917 venceu porque o proletariado conseguiu trazer para o seu lado o campesinato, que a revolução russa de 1917 poderia ter sido deitada a perder pelo campesinato (mas não foi), só prova a justeza da política de alianças do partido bolchevique dirigido por Lênine, só prova que o proletariado conduziu correctamente o campesinato ao fazer a sua própria revolução. Querer definir uma revolução pela grandeza de cada classe que participa nela só pode ocorrer ao espírito completamente confuso dum professor burguês «contestador». Se isso assim fosse, quantas revoluções camponesas não teriam já feito nascer todas as revoluções burguesas ocorridas por esse mundo fora muito antes de 1917!

Mas, segundo A.J.S., a revolução russa de 1917 deu origem, não a uma nova época de revoluções proletárias, mas a uma época de revoluções camponesas de que «as chamadas revoluções socialistas» (na terminologia de A.J.S.) são todas exemplo. E chegamos ao ponto mais extraordinário da sua obra quanto

A.J.S. se lamenta que «o povo mais poderoso da Terra, que mais ou menos secretamente admiramos e invejamos» (sic!) esteja a ser derrotado pelos «novos bárbaros» vietnamitas que pretendem fazer voltar a civilização para a época anterior ao capitalismo pré-monopolista.

É claro que este conceito de «povo» (que tem as costas largas) já por si ajuda a fazer confusão. Não ficamos a perceber se o dr. A. J.S. admira e inveja o «povo americano» ou o «imperialismo americano», porque na verdade, como é do conhecimento geral, não é o povo americano que faz a guerra no Vietnam, mas sim o imperialismo americano. E não será o povo americano que ficará derrotado no Vietnam, mas sim o imperialismo americano. Seja como for, o que é objectivamente verdade é que A.J.S. toma partido pelo imperialismo americano contra a revolução vietnamita, em nome do seu conceito de «Progresso». Entre a «barbárie» e a «civilização», A.J.S. escolhe a «civilização». Sim, a «civilização» do dólar, do gangster, da discriminação racial, da opressão e da repressão bestial de todos os movimentos populares no seu país ou no estrangeiro.

Esta é a conclusão lógica de todas as inconsequências e malabarismos ideológicos que A.J.S. faz ao longo do seu livro. Deve ser hoje difícil encontrar, mesmo nos países capitalistas, um intelectual que tome a defesa da guerra de agressão americana no Vietnam. Mas A.J.S. resolveu dar esse passo, para se afundar mais no pântano ideológico em que esbraceja.

Podia-se falar indefinidamente das contradições de A.J.S. ao tentar justificar «cientificamente» a sua desorientação ideológica. Mas detenhamo-nos agora apenas sobre a sua descoberta «sensacional» de que o marxismo é uma ideologia burguesa.

Tentando justificar este absurdo, A.J.S. deturpa grosseiramente Lênine, que escreveu na sua obra «As três fontes ou partes constituintes do marxismo», que «A doutrina de Marx... é a sucessora legítima de tudo o que a Humanidade criou de melhor no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa, o socialismo francês». Não é por acaso que A.J.S. omite esta terceira componente — o socialismo francês. Mas mesmo independentemente disso, a base do raciocínio de A.J.S. assenta num sofisma, porque o facto de Marx ter constituído a sua teoria partindo de teorias anteriores, não prova que a sua ideologia, desenvolvida mais tarde por Lênine, não seja a ideologia do proletariado. Nenhuma classe social ascendente construiu a sua ideologia a partir do nada. Que o Marxismo-Leninismo parta das conquistas mais importantes do pen-

samento humano ao longo da História, superando-as e dando-lhes um conteúdo de classe, pondo-as assim ao serviço do proletariado, não invalida o seu carácter radicalmente novo e revolucionário.

Aliás, se as coisas fossem como A.J.S. diz, por que razão a burguesia tem lutado sempre encarnicadamente contra o marxismo e tem impedido tanto quanto pode a sua difusão? Por que razão os ideólogos da burguesia, de que hoje A.J.S. é um dos representantes em Portugal, viram todo o gume da sua crítica contra esta ideologia? Que a burguesia não consegue opôr nada de válida ao marxismo e que tente por isso apropriar-se dele para o deturpar e utilizar em seu proveito é precisamente a prova de força desta ideologia.

Nenhuma acrobacia ideológica como as que A.J.S. faz podem negar o facto de as maiores transformações revolucionárias da nossa época se deverem precisamente ao poder criador do marxismo-leninismo quando transformado em força material através da sua apropriação pelas massas.

E é perante toda a inconsequência e barafunda ideológica das suas concepções, que o autor do livro «Maio e a crise da civilização burguesa» não vê mais nada para transformar a civilização e a vida do que a sua semente «milagrosa» — a subjectividade.

A afirmação de que a transformação do mundo tem de ser obra de uma mudança espiritual mostra o carácter absolutamente idealista (e até místico) das ideias de A.J.S..

Como obter esta transformação? Segundo A.J.S., através... da «contestação». A força motriz? — Os estudantes como «classe» não inserida no sistema, como «classe disponível». Ao longo do seu livro, A.J.S. demonstra toda a sua admiração pelas manifestações mais aberrantes de anarquismo pequeno-burguês, mesmo quando vindas de «filhos de família», muitos deles futuros quadros da grande burguesia. Não é por acaso que A.J.S. lança o fogo da sua crítica contra os partidos comunistas, contra os sindicatos, contra a toda a organização da classe operária.

A arma mais poderosa de que a classe operária dispõe para se emacipar é a organização e particularmente a sua forma superior de organização — o partido comunista. Não é, pois, para admirar que um ideólogo da burguesia como A.J.S. tente denegrir e enlamear precisamente essas armas preciosas e provadas da classe operária de todos os países — os partidos comunistas.

NOTA: Escrito há cerca de um ano, este artigo não perdeu actualidade, pelo que resolvemos publicá-lo neste número de «O Militante».